

ARPI.

Arqueología y Prehistoria del
Interior Peninsular

02



2015

ARPI 02

Arqueología y Prehistoria del Interior peninsular

Publicación Anual: 2015

ISSN: 2341-2496

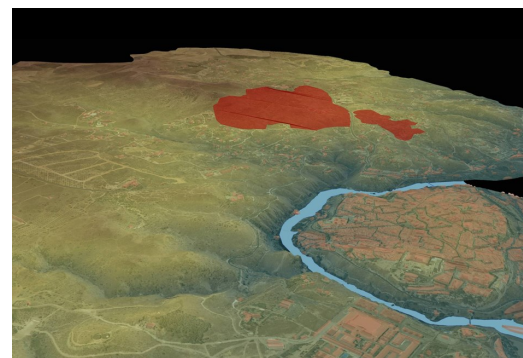
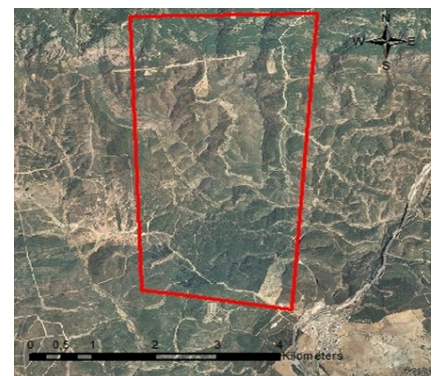
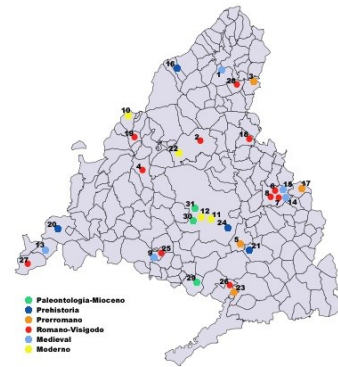
Dirección: Primitiva Bueno Ramírez (UAH)

Subdirección: Rosa Barroso (UAH)

Consejo editorial: Manuel Alcaraz (Universidad de Alcalá); José M^a Barco (Universidad de Alcalá); Cristina de Juana (Universidad de Alcalá); M^a Ángeles Lancharro (Universidad de Alcalá); Estibaliz Polo (Universidad de Alcalá); Antonio Vázquez (Universidad de Alcalá); Piedad Villanueva (Universidad de Alcalá).

Comité Asesor: Rodrigo de Balbín (Prehistoria-UAH); Margarita Vallejo (Historia Antigua- UAH); Lauro Olmo (Arqueología- UAH); Leonor Rocha (Arqueología – Universidade de Évora); Enrique Baquedano (MAR); Luc Laporte (Laboratoire d'Anthropologie, Université de Rennes); Laure Salanova (CNRS).

Edición: Área de Prehistoria (UAH)



SUMARIO

Editorial

04-13

Arqueologia Profissional versus Arqueologia de Investigação: a situação portuguesa.

Rocha, Leonor

14-31

A atividade arqueológica e a salvaguarda do património arqueológico em avaliação de impacte ambiental.

Branco, Gertrudes

32-50

Los espacios divulgativos del patrimonio arqueológico de la comunidad de Madrid: el Plan de yacimientos visitables.

Hernández Garcés, Carlos

51-67

Las Navas de Tolosa: Musealizando su campo de batalla.

Ramírez Galán, Mario

68-89

Regreso a la cueva de Los Casares (Guadalajara). Un nuevo proyecto de investigación para el yacimiento del Seno A.

Alcaraz-Castaño, Manuel; Weniger, Gerd-Christian; Alcolea, Javier; de Andrés- Herrero, María; Baena, Javier; de Balbín, Rodrigo; Bolin, Viviane; Cuartero, Felipe; Kehl, Martin; López, Adara; López-Sáez, Jose Antonio; Martínez-Mendizábal, Ignacio; Pablos, Adrián; Rodríguez-Antón, David; Torres, Concepción; Vizcaíno, Juan e Yravedra, José.

90-107

Manifestaciones gráficas en la Cueva-Sima del Castillejo del Bonete (Terrinches, Ciudad Real).

Polo Martín, Estíbaliz; Bueno Ramírez, Primitiva; Balbín Behrmann, Rodrigo; Benítez de Lugo Enrich, Luís y Palomares Zumajo, Norberto

108-132

Viviendas del Bronce Final e inicios de la Edad del Hierro en la Cuenca Superior del Tajo

Coroba Peñalver, Juan Ramón

133-145

Paisaje visigodo en la cuenca alta del Manzanares (Sierra de Guadarrama): Análisis arqueopalinológico del yacimiento de Navalvillar (Colmenar Viejo, Madrid).

López Sáez, Jose Antonio; Pérez Díaz, Sebastián; Núñez de la Fuente, Sara; Alba Sánchez, Francisca; Serra González, Candela; Colmenarejo García, Fernando; Gómez Osuna, Rosario y Sabariego Ruiz, Silvia.

146-164

El Proyecto de investigación " Los paisajes culturales de la ciudad de Toledo: Los Cigarrales". Criterios de actuación y metodología de trabajo

Carrobles Santos, Jesús; Morín de Pablos, Jorge; Rodríguez Montero, Sagrario y Sánchez Ramos, Isabel M.

ARQUEOLOGIA PROFISSIONAL VERSUS ARQUEOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO: A SITUAÇÃO PORTUGUESA

Leonor Rocha (1)

Resumo

A A evolução da Arqueologia em Portugal ao longo do último século acarretou grandes e profundas mudanças no plano legislativo, institucional e profissional. Procura-se neste texto apresentar a sua evolução que, como se irá verificar umas vezes foi positiva, noutras, nem tanto.

Palavras chave: Arqueologia, Instituições, Empresas, Investigação, Portugal

Abstract

The evolution of Archaeology in Portugal in the last century caused great and profound changes in a legislative, institutional and professional level. In this text we try to present its evolution, as will check a few times was positive, others, not so much...

Key words: Archaeology, Institutions, Private enterprises, Research, Portugal

(1) lrocha@uevora.pt CHAIA/ Universidade de Évora (Portugal)

1.- A ATIVIDADE ARQUEOLÓGICA EM PORTUGAL.

A actividade arqueológica em Portugal foi, durante décadas, dominada exclusivamente pelas escavações de sítios e monumentos, realizados por pessoas mais ou menos credenciadas para o efeito. Na realidade, muitas destas intervenções foram feitas ao acaso, por capricho, curiosidade, ambição, maioritariamente realizadas sem método nem rigor científico o que se traduziu, como é natural, na perda de informação científica relevante (Fabião, 2008).

A componente mais científica deste período inicial ficou a cargo de investigadores, ligados a diferentes tipos de instituições, com diferentes tipos de formação (historiadores, geólogos, médicos, antropólogos, etc) que produziram uma vasta bibliografia, que vai desde a simples descrição de identificação de uma peça arqueológica até artigos mais de carácter teórico e metodológico.

Ao longo do séc. XX assiste-se a uma evolução metodológica da disciplina que se centra, quase em exclusivo, nas Universidades. A mudança de regime político (25 de Abril de 1974) e a entrada na União Europeia acarretaram novas políticas de prevenção e de protecção ao Património Cultural e, conseqüentemente, a abertura ao mercado empresarial.

2. CARACTERIZAÇÃO PATRIMONIAL

Em termos europeus, de certa forma, Portugal poderá ser considerado pioneiro no que diz respeito à protecção e salvaguarda do património arqueológico e arquitetónico através da criação de legislação específica e de inventários à escala nacional.

Em Agosto de 1721, o rei D. João V publica um Alvará Régio onde demonstra a sua preocupação pela preservação de vestígios antigos existentes no reino "*Seria muy conveniente á luz da verdade, e conhecimento dos Séculos passados, que, no que restava de semelhantes memórias, e nas que o tempo descobrisse, se evitasse este dano, em que pode ser muito interessada a gloria da Nação Portuguesa (.../...) Hey por bem, que d'aqui em diante nenhuma pessoa, de qualquer estado, qualidade e condição que seja, desfaça, ou destrua, em todo, nem em parte, qualquer edificio, que mostre ser daqueles tempos, ainda que em parte esteja arruinado (...)*" incumbindo os poderes locais de tomarem especial cuidado com a sua preservação "*(...) Encarrego ás Câmaras das Cidades, e Vilas deste Reyno tenham muito particular cuidado em conservar, e guardar todas as antiguidades sobreditas, e de semelhante qualidade, que houver ao presente, ou em diante se descobrirem nos limites do seu districto; e logo que se achar, ou descobrir alguma de novo, darão conta ao Secretário da dita Real Academia, para elle comunicar ao Director e Censores e mais Académicos (.../...) que poderão dar a providencia que lhes parecer necessária, para que melhor se conserve o dito monumento assi descoberto"* (ANTT).

Esta preocupação encontra-se patente nos inquéritos gerais realizados no decurso dos séculos XVIII e XIX, por solicitação régia, onde se questiona especificamente que tipos de monumentos existem em cada uma das Paróquias e o seu estado. Os dados mais antigos, recolhidos nos anos de 1721 e 1732 foram tratados pelo Padre Luís Cardoso dos quais se publica apenas dois volumes em 1747 e 1751, sob a designação "*Diccionario Geographico*" (que incluem as cidades e vilas iniciadas com as letras A-C). O terramoto de 1755 acaba por destruir grande parte desta informação razão pela qual em 1758, Sebastião de Carvalho e Melo, então Secretário de Estado dos Negócios do Reino, remeteu a todas as paróquias do reino novo inquérito, mais completo, que incluía um questionário sobre os danos provocados pelo terramoto. Esta informação foi ainda analisada pelo padre Luís Cardoso, mas não chega a ser publicada. Os dados manuscritos foram posteriormente compilados e encontram-se disponíveis no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (43 volumes), em Lisboa.

No ano de 1842 é ainda realizado um novo inquérito histórico – geográfico, com menos perguntas que os anteriores, mas mantendo a questão sobre o Património.

Apesar das respostas remetidas pelos Párcos não terem igual valor, em termos de informação útil, estes Inquéritos permitiram obter, pela primeira vez a nível nacional, um inventário de sítios arqueológicos e de outras estruturas com interesse patrimonial.

Em 1876, Fontes Pereira de Melo, então

ministro das Obras Públicas, solicita a Estácio da Veiga, que proceda ao levantamento dos vestígios arqueológicos existentes no Algarve, que ficaram a descoberto devido ao mau tempo registado nesse ano. Como resultado deste trabalho é apresentada em 1888 a "Carta Archaeologica do Algarve", que constitui a primeira tentativa de criação de uma Carta Arqueológica em Portugal, que cobre, em termos cronológicos, desde a Pré-História até, pelo menos, ao Período Medieval.

Ainda no reinado de D. Luís, integrada no Conselho de Arte e Arqueologia, da Academia Real de Belas Artes, é criada a Comissão dos Monumentos Nacionais a quem competia estudar, classificar e inventariar monumentos para além de propor ao Governo todas as obras e restauros considerados necessários.

Logo no início do século XX, o rei D. Carlos solicita novo olhar atento sobre a história antiga do reino, através da Portaria de 10 de Abril de 1901 (publicada no Diário do Governo nº 79, de 11 de Abril), onde requer que se fossem identificados objetos arqueológicos de fácil transporte, no âmbito de trabalhos realizados pelo Ministério das Obras Publicas, Comércio e Industria, estes fossem entregues à Direcção Geral das Obras Publicas e Minas que as deveria depositar no Museu Etnológico Português. Também o aparecimento de estruturas antigas e ossadas deveriam ser protegidas. Mas este diploma ultrapassa as obras realizadas pelo Estado, uma vez que obriga todos os funcionários a dar conhecimento do aparecimento deste tipo de vestígios em qualquer obra, de que tenham conhecimento.

Em 1910, D. Manuel II procede à classificação, como Monumento Nacional, de numerosos sítios arqueológicos e arquitectónicos em todo o reino (Decreto nº 136, de 23 de Junho de 1910).

No ano de 1911 procede-se a uma reorganização dos Serviços Artísticos e Archeologicos e das Escolas de Belas Artes de Lisboa e Porto (Decreto 1, de 26 de Maio de 1911), extinguindo-se a Real Academia de Belas-Artes, criando-se os três Conselhos de Arte e Archeologia (Norte, Centro e Sul), a quem competia propor classificações e velar pela conservação e restauro dos monumentos. Estes Conselhos são extintos em Março de 1932 por se considerar **“...quão pouco prática era a organização até agora vigente, em que tais consultas tinham de ser produzidas por três entidades cuja orientação nem sempre era de aceitável convergência de critérios”** (Decreto 20:985, de 7 de Março de 1932) e em sua substituição surge a Direcção Geral do Ensino Superior e Belas Artes com competências nas áreas dos museus, arte, património, arqueologia, através do Conselho Superior de Belas Artes.

Em 1919 é criada a Repartição dos Edifícios e Monumentos Nacionais, integrada na Direcção Geral das Obras Públicas com jurisdição sobre os edifícios e monumentos nacionais (Decreto 5:541, de 9 de Maio de 1919). No entanto, o mau desempenho deste organismo conduziu a que logo no ano seguinte se criasse a Administração Geral dos Edifícios e Monumentos, a quem competia a *“...conservação, reparação e restauração dos monumentos nacionais...”* (Decreto 7:038, de 17 de Outubro de 1920).

A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais – DGEMN, criada em 1929 foi a instituição portuguesa, com competências na área do património arquitectónico que mais perdurou em Portugal (foi extinta em 2007). A DGEMN partilhou, a partir de 1936, algumas das suas atribuições na área do património e investigação com a Junta de Educação Nacional (1929 - 1936), criada pelo Decreto n.º 16 381, de 16 de Janeiro de 1929 e com a Junta Nacional da Educação (1936 – 1977), criada pela Lei n.º 1941, de 11 de Abril de 1936.

A Junta Nacional de Educação possuía competências em todos os domínios da educação e investigação, repartidos em sete Secções. A 7ª Secção seria constituída pelo Instituto para a Alta Cultura que, assumindo as competências da extinta Junta de Educação Nacional, assegurava o apoio à investigação, atribuições de bolsas em Portugal e no estrangeiro, atribuição de subsídios a laboratórios, centros de investigação e publicações. Na prática, competia ao Instituto para a Alta Cultura (Instituto de Alta Cultura, a partir de 1952 e até 1976) autorizar e apoiar a atividade arqueológica em Portugal.

De referir ainda o polémico Decreto 21:117, de 18 de Abril de 1932, que ao dar o poder de autorizar, fiscalizar e punir as intervenções arqueológicas ao diretor do Museu Etnológico, abre uma querela no seio da arqueologia portuguesa que obriga o governo, no ano seguinte a revogar este Decreto e criar a Junta Nacional das Escavações e Antiguidades (Decreto-lei 23:125, de 12 de Outubro de 1933), a quem são atribuídas as funções dadas anteriormente ao Diretor do Museu Etnológico.

Em termos de apoio à investigação nacional, entre 1967 e 1977 existiram duas instituições com competências similares, o Instituto de Alta Cultura e a Junta Nacional de Investigação Científica - JNICT (criada em 1967). Extinto o Instituto de Alta Cultura em 1977, foi criado em sua substituição, ainda nesse ano, o Instituto Nacional de Investigação Científica – INIC (que se extingue em 1992).

No decurso do período designado como Estado Novo, como se pôde ver anteriormente, existiram várias remodelações a nível das Instituições que tutelavam a atividade arqueo-lógica e o património em Portugal. Na realidade, acabou por existir, quase sempre, uma certa ambiguidade, com diferentes Instituições a terem competências sobre o património, em paralelo o que acarretou, como é natural, problemas e morosidades desnecessárias.

No decurso dos últimos 40 anos, ou seja, no pós 25 de Abril de 1974, a Arqueologia Portuguesa passou por novas remodelações fruto, mais uma vez, das sucessivas reestruturações governamentais que criaram, muitas vezes, organismos com paralelismo administrativo, sem qualquer coordenação entre si, ou, em casos mais extremos, com sobreposições de competências.

Com o intuito de regulamentar e centralizar todas as atribuições da área do Património num único organismo foi constituída, em 1977, uma Comissão Organizadora que tinha por competências criar o Instituto de Salvaguarda do Património Cultural e Natural, que nunca se chegou a constituir formalmente.

Em 1980 foi criado o Instituto Português de Património Cultural – IPPC que passou a englobar as competências da Direcção-Geral do Património Cultural e do projectado Instituto de Salvaguarda do Património Cultural e Natural, absorvendo ainda algumas atribuições da extinta Junta Nacional de Educação (Decreto-Lei N.º 59/80 de 3 de Abril). Das seis competências previstas para este Instituto, metade incidiam sobre o Património Cultural, referindo entre outras necessidades o *“Planear e promover a pesquisa, cadastro, inventariação, classificação, recuperação, conservação, protecção e salvaguarda”* (alínea a) do Art. 9º), *“Apoiar e fomentar a criação e funcionamento de organismos destinados à defesa e valorização do património cultural”* (alínea b) do Art. 9º) e *“Definir as directrizes para a defesa, conservação e enriquecimento do património (...) arqueológico (...)”* (alínea c) do Art. 9º).

Para coordenar, gerir e fiscalizar a atividade arqueo-lógica nacional são criadas, dentro do IPPC, os Serviços Regionais de Arqueologia, na zona Norte, Centro e Sul (Decreto-Lei n.º 403/80 de 26 de Setembro). Este organismo é substituído, em 1992, pelo Instituto Português do Património Cultural – IPPAR (Decreto-Lei N.º 106-F/92, de 1 de Junho), que passa a tutelar e a gerir o património arqueo-lógico e arquitectónico.

Em Maio de 1997 (Decreto-lei 42/96, de 7 de Maio), é criado o Instituto Português de Arqueologia que passa a assumir a tutela de toda a atividade arqueo-lógica em Portugal através das Extensões Territoriais (inicialmente são criadas oito equipas técnicas, investidas de autonomia e representatividade no seu desempenho, localiza-

das de norte a sul) e dos serviços dependentes, o Parque Arqueológico do Vale do Côa (PAVC), o Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática (CNANS) e o Centro Nacional de Arte Rupestre (CNAR). De salientar que, pelo meio, permanece a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) que é extinta apenas em 2006, pelo que foi sempre partilhando competências com os sucessivos organismos que tutelaram o património cultural (IPPC, IPPAR, IPA).

3. A INVESTIGAÇÃO

Não obstante os bons augúrios, a nível de registo e inventário de sítios e monumentos, o interesse pelo registo de novos sítios arqueológicos, através de prospecções arqueológicas não teve em Portugal, até ao último quartel do séc. XX, uma metodologia científica no sentido estrito da palavra, não sendo considerado um trabalho de investigação arqueológica. As prospecções realizadas eram casuísticas ou pontuais (muitas vezes resultavam de informação oral) não se enquadravam em projectos de investigação específicos, não eram supervisionadas por nenhum organismo do Estado e não existiam praticamente publicações que problematisassem os métodos e as técnicas a serem utilizados, em função dos projectos e objectivos propostos. Durante um longo período, o papel do arqueólogo na identificação de sítios arqueológicos raras vezes ultrapassava o estágio de mera "excursão arqueológica", largamente documentados em algumas revistas portuguesas dos finais do séc. XIX e séc. XX; no "O Archeologo Português", J. Leite de Vasconcelos através de pequenos artigos

intitulados "Notícias archeologicas de..." ou "Excursão arqueológica a..." regista sítios e objectos arqueológicos. Mais a Norte, a "Revista de Guimarães" publica uma série de artigos de F. Martins Sarmiento, intitulados "Materiaes para a Archeologia do concelho de Guimarães" ou "Antigualhas" cujo conteúdo e objectivo é, na prática, informar sobre o aparecimento de sítios e materiais arqueológicos.

Na realidade, o inventário científico de sítios arqueológicos, dentro daquilo que poderemos considerar de "Carta Arqueológica" aparece expresso pela primeira vez no Decreto-lei 26:611, de 19 de Maio de 1936. No âmbito das atribuições da recém criada Junta Nacional da Educação, competia à 6ª Secção "Promover o cadastro nacional dos imóveis e o inventário dos móveis que tenham notável valor estético ou histórico, bem como a sua respectiva classificação (.../...) Promover o cadastro nacional dos imóveis e o inventário dos móveis que tenham valor arqueológico ou numismático (.../...) Promover o inventário epigráfico (.../...) Promover o levantamento da carta arqueológica de Portugal" (artigo 21º, ponto 1, nº 5 e artigo 21º, ponto 2, nº 2, 3 e 4, respectivamente).

Os primeiros trabalhos sistemáticos visando a elaboração de uma carta arqueológica são realizados por Afonso do Paço que, nos anos de 1946 a 1948 e 1950 realiza trabalhos no concelho de Marvão (Paço, 1953).

Este domínio absoluto da escavação versus prospecção começa a alterar-se a partir da 2ª metade do séc. XX, altura em que se começa a desenvolver uma nova corrente teórica que, não

pondo de lado a importância da escavação arqueológica, chama a atenção para a necessidade de se conhecer as sociedades do passado através do conhecimento global do território.

Já a nível dos trabalhos de escavação as metodologias também foram muito variadas, passando por fases mais e menos científicas. Apesar dos altos e baixos que foi sofrendo ao longo do séc. XX, podemos de certa forma considerar que a atividade científica acabou por se tornar mais rigorosa nos finais do século XIX devido à intervenção de investigadores como Leite de Vasconcelos, Estácio da Veiga, Possidónio da Silva, Francisco Sarmiento, Carlos Ribeiro, Nery Delgado etc, mas, também, devido ao surgimento de um conjunto de instituições/ associações que promoveram a escavação e recuperação de monumentos e sítios arqueológicos. De salientar, neste capítulo, a ação da *Sociedade Archeologica Lusitana*, a *Sociedade de Geographia de Lisboa*, a *Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portugueses*, a *Comissão Geológica do Reino*, entre outras... (Fabião, 2008).

4. AÇÕES PREVENTIVAS E DE EMERGÊNCIA

As empresas de arqueologia aparecem em Portugal na sequência da criação do Instituto Português de Arqueologia e da transposição das normativas europeias para a legislação nacional. A obrigatoriedade de se realizar a Avaliação de Impacte Ambiental nas grandes obras públicas e privadas e a criação de um Instituto público que tutelava especificamente a atividade arqueológica em Portugal, favoreceu a criação desta nova classe de

arqueólogos que passam a estar ligados ao que se pode designar por "arqueologia de contrato" que passa a empregar a esmagadora maioria dos licenciados em Arqueologia.

Naturalmente que esta situação foi extremamente favorecida pela existência de fundos comunitários que incentivaram o aparecimento de inúmeras obras públicas (barragens de grande, média e pequena dimensão, como o Alqueva e barragens associadas, o Sabor, a dos Minutos, entre outras; auto-estradas e/ou vias rápidas; parques eólicos; infra-estruturas de água, gás, eletricidade, etc) e de outras privadas ou semi-privadas, como é o caso dos empreendimentos turísticos.

Entre 1998 e 2010 Portugal teve uma situação bastante positiva no que respeita à empregabilidade dos arqueólogos, com a criação de centenas de empresas de arqueologia, mais ou menos eficientes, mas que asseguraram todo o tipo de trabalhos arqueológicos existentes, desde o simples acompanhamento de obra até à realização de escavações mais ou menos prolongadas.

Nos últimos 4 anos assiste-se a uma inversão desta tendência, com a significativa diminuição do número de empresas (sobretudo as de menor dimensão) derivada da recessão económica que retraiu a economia portuguesa que, naturalmente, contribuiu para a substancial diminuição dos trabalhos de construção civil e obras públicas. Mesmo nos centros urbanos, evidencia-se uma significativa diminuição das obras de conservação, remodelação e restauro de edifícios que, em muitos casos, obrigavam a acompanhamento arqueológico.

Apesar de não existirem dados muito concretos sobre a situação atual, as empresas de arqueologia a laborar em Portugal passaram, no espaço de uma década, da ordem das centenas para as dezenas.

A Associação Profissional de Arqueólogos (APA) realizou recentemente um estudo sobre a situação profissional dos arqueólogos portugueses, inserida num projeto europeu "*DISCO - Discovering the Archaeologists of Europe 2014*" cujos resultados, a divulgar ainda em 2014, poderão vir a trazer novos e importantes dados sobre a arqueologia europeia em geral e sobre a portuguesa, em particular (<http://www.aparqueologos.org/>).

5. UM PONTO DA SITUAÇÃO

Ao analisarmos a evolução da arqueologia portuguesa no decurso dos últimos cem anos verificamos que, em termos gerais, tivemos períodos de grande atividade, seguidos de outros de estagnação ou mesmo recessão. Mas, mais do que avaliar estes ciclos e contra ciclos, tão bem conhecidos dos historiadores, devemos sobretudo questionar como avançou cientificamente a nossa disciplina. A noção da preservação e salvaguarda pelo registo, tão em voga numa sociedade economicista e de consumo deve ser questionada. Que critérios de registo estamos a utilizar? Que informação científica estamos a retirar das centenas de sítios registados no âmbito da arqueologia empresarial? Que sítios vamos salvaguardar ou deixar "destruir"? Como avaliar? Como seleccionar? Como ensinar os futuros arqueólogos?

Os critérios que utilizamos actualmente na avaliação patrimonial são valores construídos em função dos nossos padrões actuais, num determinado contexto pelo que estão, naturalmente, em constante mudança.

Baseando-se na premissa que o Património Arqueológico é um bem finito da Humanidade pelo que deve ser devidamente protegido e valorizado, o arqueólogo é a pessoa que atualmente é responsável pela preservação ou destruição de um sítio arqueológico. Assim sendo, o seu desempenho (positivo ou negativo) na realização dos trabalhos arqueológicos de prospecção e escavação será determinante para a conservação/destruição de vestígios únicos da Humanidade, independentemente de se tratar de um trabalho em contexto de empresa ou de investigação. Um mau trabalho é sempre um mau trabalho e, no caso da nossa disciplina, resulta na destruição de um acervo que nunca mais poderá ser recuperado.

Independentemente das polémicas existentes entre a Arqueologia Científica e a Arqueologia de Gestão/Empresarial, devemos ter a noção de que o fim último de qualquer trabalho arqueológico é o de contribuir para o conhecimento científico. Assim sendo, os dados científicos gerados por todos os trabalhos arqueológicos, inseridos em projetos de investigação ou de avaliação de impacte ambiental, devem traduzir-se em publicações. Mas, infelizmente e, sobretudo em relação aos trabalhos realizados no âmbito das várias fases processo de avaliação de impactes, Portugal tem ficado muito aquém das expectativas uma vez que, terminado o processo de AIA e realizado o projecto, produzem-se relatórios para o Instituto

que tutela a actividade arqueológica e entregam-se os materiais arqueológicos recolhidos para depósito. Salvo raras excepções (Albergaria 2001; Silva 1996, 2000, 2002; AAVV 1986, 1995a, 1995b, 2003), a informação científica obtida fica apenas arquivada... não se cruzam as informações das várias fases do processo (EIA, Acompanhamento Arqueológico, Sondagens, Escavações), não se publicam os resultados, não se produzem sínteses, não se gera conhecimento científico, não obstante os elevados montantes investidos em algumas destas obras, na salvaguarda do Património. Na realidade, quando se tentam analisar os relatórios produzidos no âmbito de EIAs, procurando perceber a dispersão espacial dos sítios deparamo-nos com os problemas de ausência de critérios para a sua classificação e para as cronologias. Esta falta de conceitos, de uniformização de critérios acaba por tornar a produção de conhecimento científico impraticável.

BIBLIOGRAFÍA

AA.VV. 1986: *Estudo de Impacte Ambiental do Empreendimento de Alqueva. Relatório B-3. Património Histórico - Arqueológico*. Lisboa: DRENA/EGF.

- 1995a: *Especial Impactes*. Al-madan II.ª série 4. Outubro 1995. Almada: Centro de Arqueologia de Almada.

- 1995b: *Estudo Integrado de Impacte Ambiental do Empreendimento de Alqueva. Anexo Técnico "Arqueologia"*. SEIA.

- 2003: *Arqueologia nas auto-estradas*. Lisboa: Brisa – Auto-Estradas de Portugal, S.A

Albergaria, J. 2001: Contributo para um modelo de estudo de impacte patrimonial: o exemplo da A2 (lanço de Almodôvar / VLA). *Era – Arqueologia* 4: 84-101.

Almeida, Mª J. 2008: Avaliação de impactes e património

cultural. Que papel para o arqueólogo e para o Património Arqueológico? *Praxis Archaeologica* 3: 161-166. http://www.praxisarchaeologica.org/issues/PDF/2008_161166.pdf.

ANTT - ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO - [Base de dados de descrição arquivística]. [Em linha].

Branco, G. y Rocha, L. 2008: *Avaliação de Impacte Ambiental: o Património Arqueológico no Alentejo Central. 3ª Conferência Nacional de Avaliação de Impactes Ambientais*. Beja: APAI.

Cardoso, J.L. 1994: O Impacte de Grandes Obras Públicas no Património Arqueológico. *Actas das V Jornadas Arqueológicas*. 1: 101-104.

Fabião, C. 2008: José Leite de Vasconcelos (1858 – 1941): um arqueólogo português. *O Arqueólogo Português Série IV*, 26: 97-126.

Gamito, T.J. 1988: Arqueologia espacial em Portugal: Alguns exemplos. *Arqueologia Espacial* 12: 17-32.

Jorge, V.O. 1988: Un exemplo de arqueologia espacial no norte de Portugal: a Serra da Aboboreira e o fenómeno megalítico. *Arqueologia Espacial* 12: 49-60.

Mascarenhas, J.M., Soares, J. e Silva, C. T. da 1986: O Património Histórico – Cultural e os Estudos de Impacte Ambiental: proposta de metodologia para a avaliação do impacte de barragens. *Trabalhos de Arqueologia do Sul* 1: 7-16.

Paço, A. 1953: *Carta arqueológica do concelho de Marvão*. Lisboa. Imprensa Nacional.

Partidario, M.do R. y Pinho, P. 2000: *Guia de apoio ao novo Regime de Avaliação de Impacte Ambiental*. Lisboa: Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território – IPAMB.

Partidario, M.do R. y Jesus, J. ed. 2004: *Avaliação do Impacte Ambiental*. Lisboa: Centro de Estudos de Planeamento e Gestão do Ambiente.

Silva, A. C. 1996: *Património Arqueológico no Regolho de Alqueva. Quadro Geral de Referência*. [s.l]: Edia.

- 2002: Avaliação dos Impactes Arqueológicos em Alqueva. A formação do "Quadro Geral de Referência". *Al-madan IIª série II*: 56-62.

Silva, A. C. (Coord) 2000: *Das pedras do Xerez às novas terras da Luz. Memórias d'Odiana*. Estudos Arqueológicos do Alqueva. [s.l]: EDIA.